



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI		
BHTrans		
Reunião: 31ª	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 19ª
<b>Finalidade:</b> apurar a omissão da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTrans - em relação ao desrespeito constante, pelas concessionárias responsáveis, às normas de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município		
<b>Requerimento nº:</b> 145/21		
<b>Autoria:</b> vereador Wanderley Porto, vereadora Bella Gonçalves, vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira e Dr. Célio Frois, vereadoras Fernanda Pereira Altoé e Flávia Borja, vereadores Gabriel e Henrique Braga, vereadora Iza Lourença, vereadores Jorge Santos e José Ferreira, vereadoras Macaé Evaristo e Marcela Trópia, vereadores Nikolas Ferreira e Professor Juliano Lopes, vereadora Professora Marli, vereadores Rubão, Wesley e Wilsinho da Tabu		
<b>Data:</b> 10/9/21		
<b>Horário de início:</b> 9h7min		<b>Horário de encerramento:</b> 10h22min
<b>Local:</b> Plenário Camil Caram		
<b>Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara</b>		

## ABERTURA

Sob a presidência do vereador Gabriel, com a presença do vereador Reinaldo Preto Sacolão e as presenças remotas dos vereadores Braulio Lara e Professor Claudiney Dulim, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

## ORDEM DOS TRABALHOS

## COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 25ª e da 28ª reuniões, realizada em 18 e 25/8/21, respectivamente.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Bella Gonçalves.

A comissão deliberou, por unanimidade, inverter a ordem de apreciação da pauta, que passou a ser a seguinte:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento da resposta ao Requerimento de Comissão nº 557/21.

O presidente registrou presença do vereador Rubão.

Deu ciência à comissão também do recebimento das respostas aos requerimentos de comissão nºs 857, 1.010, 1.059, 1.060, 1.076, 1.084 e 1.086/21.

A vereadora Bella Gonçalves passou a participar presencialmente da reunião.

O presidente deu ciência à comissão do recebimento dos seguintes documentos: 1) ofício do gabinete do vereador Gabriel, protocolando mandado de notificação referente a decisão judicial proferida pela 2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5129970-24.2021.8.13.0024; 2) ofício do gabinete do vereador Gabriel, protocolando cópia do mandado de notificação recebido no gabinete, referente à decisão judicial proferida pela 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5129216-82.2021.8.13.0024.

O presidente registrou a presença do vereador Wanderley Porto.

A vereadora Bella Gonçalves chamou a atenção para a resposta a requerimento de comissão que trata sobre atas de reuniões do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - Setra-BH - e da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. - BHTrans, que continha somente as datas das respectivas reuniões sem informações sobre seus conteúdos. Considerou ser ainda mais grave a falta de informações completas, em respostas a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

requerimentos de comissão, sobre os seguros obrigatórios no transporte público municipal. Observou que o não envio do relatório de pagamento desses seguros demonstra a ausência de controle dessas quitações pelas concessionárias do serviço. Avaliou que, dessa maneira, essas empresas ficam em situação confortável em caso de não quitação dos seguros.

O presidente deu ciência à comissão também do recebimento dos seguintes documentos: 3) ofício do gabinete do vereador Gabriel, protocolando cópia do mandado de notificação, recebido no gabinete, referente a decisão judicial proferida pela 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5130006-66.2021.8.13.0024; 4) ofício do gabinete do vereador Gabriel, protocolando cópia da decisão judicial proferida pela 3ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5124648-04.2021.8.13.0024. Informou tratar-se de mandado de segurança impetrado por José Marcio de Moraes Matos contra ato do presidente desta CPI, em que se requereu liminar para que fosse determinada a suspensão da quebra dos seus sigilos bancários, fiscal e de dados, aprovada pela CPI. Acrescentou que o ofício pede que a documentação seja prontamente encaminhada à Procuradoria da Casa e requer a juntada e a publicação do documento; 5) Memorando Proleg nº 54/2021, que apresenta relatório de atividades da Procuradoria desta Casa no acompanhamento desta CPI; 6) documento contendo petição da Associação Brasil Legal; 7) notificação extrajudicial para ciência da liminar obtida nos autos do Mandado de Segurança nº 5134322-25.2021.8.13.0024, para que esta CPI se abstenha de utilizar documentos obtidos de José Braz Gomes Pereira Júnior por meio de quebra de seu sigilo bancário, telemático e fiscal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Braulio Lara afirmou que documentos ilegíveis foram enviados à CPI em respostas a requerimentos de comissão. Citou como exemplo um documento enviado pela BHTrans.

Às 9h22min o presidente suspendeu a reunião.

Reabriu os trabalhos às 9h23min e determinou nova suspensão.

Reabertos os trabalhos às 9h30min, o presidente exibiu vídeo de reportagem jornalística de 9/9/21, sobre reunião das advogadas Maria Fernanda Pires e Cristiana com o Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, como representantes do Setra-BH, para tratar sobre assuntos relativos a esta CPI.

O vereador Professor Claudiney Dulim passou a participar presencialmente da reunião.

O presidente leu uma nota da CPI à imprensa, na qual se alega haver tentativa, pelas mencionadas advogadas, de interferência na Justiça e nos trabalhos do MPMG, com o intuito de definir qual promotoria deve atuar no caso relativo aos trabalhos desta comissão. A nota também comunica a realização desta reunião, para decidir que ações serão tomadas em razão da situação mencionada.

O presidente observou que, se as mencionadas advogadas participaram da reunião como representantes do Setra-BH, serão convocadas para prestar esclarecimentos à CPI nessa condição; e, caso tenham participado de forma autônoma, serão convocadas somente como advogadas. Disse acreditar que o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, não concorda com o conteúdo da reunião mencionada e informou que ele se dispôs a receber visita da CPI em breve. Ressaltou que essas advogadas devem ter ciência de que a CPI não é dele próprio, mas sim da Câmara Municipal. Considerou que as advogadas debocharam da CPI



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na reunião, por não terem conhecimento da baixa qualidade do transporte público do Município. Ressaltou que, ao contrário do que declararam as advogadas na reunião, nunca insinuou que empresários do transporte coletivo “compraram promotores”. Esclareceu que, na ocasião em que a Polícia Federal - PF - apreendeu documentos nas sedes de empresários do transporte coletivo, verificou, em empresários do transporte coletivo, indícios de criminalidade e de aproximação a juízes e advogados, com o intuito de obter decisões judiciais favoráveis. Perguntou onde se encontra o processo integral da licitação de 2008 relativa ao transporte público do Município, requerido à Prefeitura pela CPI e não fornecido, e quem foi responsável pelo seu último manuseio. Indagou qual o fundamento da afirmação das mencionadas advogadas de que o citado processo de licitação fora investigado. Considerou estranho o arquivamento do processo investigativo da licitação de 2008 pelo MPMG, tendo em vista haver provas de formação de cartel no transporte público. Chamou a atenção para a gravidade dos fatos veiculados pela reportagem exibida. Pediu mais colaboração com a CPI por parte da BHTrans, da Setra-BH, da Prefeitura e do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte - Transfacil. Advertiu que as advogadas mencionadas podem ser acusadas de obstrução da Justiça e elogiou a postura da promotora de Justiça Luciana, por ter-se retirado da reunião das advogadas com o MPMG. Relatou que, em razão da atuação desta CPI, foram tomadas medidas como realização de processos punitivos na BHTrans e apresentação de projetos de lei para a extinção dessa empresa, para a criação de um comitê de repactuação e para que empresas devedoras não sejam parte em contratos públicos.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. P.' or similar, located at the bottom right of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Bella Gonçalves chamou a atenção para o fato de as advogadas Maria Fernanda e Cristiana declararem na reunião que a atuação da promotora de Justiça Luciana é voltada para assuntos como tarifa zero e outros assuntos que não são atinentes aos trabalhos da CPI. Afirmou existir uma relação de corrupção direta entre as empresas de transporte coletivo, que tratariam essa atividade como um negócio, sem interesse de prestar um serviço de melhor qualidade para a população. Considerou que os fatos legitimam a atuação da promotora de Justiça Luciana no caso. Salientou que não há desrespeito da CPI ao MPMG, mas a apresentação de fatos novos que demonstram a necessidade de novas investigações. Perguntou se houve retrocesso na disposição manifestada pelo procurador-geral de Justiça Jarbas Cordeiro, há mais de um mês, para criação de uma força-tarefa, juntamente com esta Casa, para tratar dos assuntos que são objeto desta CPI. Disse ter a impressão de que o Setra-BH tem a intenção de criar uma força-tarefa conjunta com o MPMG.

O vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão elogiou a postura da promotora Luciana na reunião do MPMG com as advogadas Maria Fernanda e Cristiana.

O vereador Wanderley Porto parabenizou a postura da CPI e disse acreditar que as advogadas merecem ser punidas. Salientou a expectativa de que a CPI possa desvendar os problemas existentes na BHTrans e mostrá-los, de forma transparente, para a população.

O vereador Professor Claudiney Dulim considerou que as advogadas Maria Fernanda e Cristiana, na reunião com o MPMG, deturparam falas e posicionamentos da CPI. Declarou que lhe causou estranhamento a declaração do Setra-BH de que a reunião das advogadas com o MPMG ocorreu em caráter institucional. Observou

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Cef'.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que, segundo esse sindicato, suas ações institucionais são desenvolvidas por seus diretores e, sendo assim, se as mencionadas advogadas participaram da reunião em nome desse sindicato, deviam ter procuração para representá-lo. Considerou preocupante esse tipo de mobilização na fase final dos trabalhos desta CPI.

O presidente declarou que a CPI tem respeito pela advocacia, mas tem clareza das providências que devem ser tomadas em relação ao caso em discussão.

O vereador Rubão reiterou que as advogadas Maria Fernanda e Cristiana deturpam os trabalhos da CPI e chamou a atenção para a existência de diversas irregularidades no transporte coletivo. Disse acreditar que, se o Setra-BH não se fez representar no MPMG pelas mencionadas advogadas, elas não serão mais integradas a esse sindicato. Elogiou a postura da promotora de Justiça Luciana na referida reunião.

O presidente registrou presença remota do vereador Wilsinho da Tabu, suplente do vereador Rubão.

O vereador Braulio Lara observou que há muitas irregularidades a serem esclarecidas pela CPI. Considerou preocupantes os indícios verificados de possível aproximação, por parte de filhos de empresários do transporte coletivo, a pessoas do Poder Judiciário para obter decisões judiciais favoráveis. Apontou a necessidade de ampliação das investigações da CPI, acrescentando que, para que isso fosse possível, seria necessária a prorrogação do prazo de duração da comissão.

### DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.163/21 - pedido de informação à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Belo



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte, com a finalidade de “obter as seguintes informações: 1. A gravação integral da reunião realizada no dia 25 de agosto de 2021, em áudio e vídeo, com as advogadas Dra. Maria Fernanda Pires e Dra. Cristiana, representantes do SETRABH, bem como seu registro em ata. 2. As gravações integrais, em áudio e vídeo, bem como seus registros em ata, de todas as demais reuniões realizadas no curso do inquérito”. Autoria: vereador Gabriel.

Aprovado por unanimidade.

O presidente sugeriu uma visita técnica da CPI à sede da BHTrans. Afirmou que, se não for localizado o processo relativo à licitação de transporte coletivo de 2008 nessa visita, a CPI solicitará à Justiça mandado de busca e apreensão para a obtenção desse processo.

O vereador Rubão afirmou que o prefeito Alexandre Kalil prometeu, em campanha eleitoral, “abrir a caixa-preta da BHTrans”, mas tem sido omissos em relação ao assunto.

O vereador Professor Claudiney afirmou que a BHTrans tem colaborado para o fornecimento de documentos para a CPI.

O presidente declarou que, embora reconheça que o prefeito Alexandre Kalil tenha colaborado com a CPI, é necessário que o processo relativo à licitação de transporte coletivo de 2008 seja enviado à comissão. Afirmou que o extravio desse processo incidiria em crime administrativo, por ocultação de provas. Salientou a expectativa de continuidade da colaboração do prefeito com a CPI.

**ENCERRAMENTO**

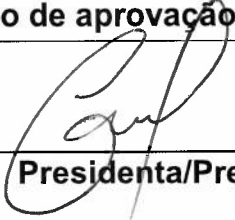




## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<b>ATA APROVADA</b>
<b>Distribuição em avulso:</b> <u>17 / 09 / 21</u>
<b>Comunicação de aprovação:</b> <u>28 / 09 / 21</u>
 _____ <b>Presidenta/Presidente</b>